

# SP inicia ano letivo com aulas sem professores definidos

Secretaria de Educação do governo Tarcísio diz que problema será resolvido

Isabela Palhares

**SÃO PAULO** As escolas da rede estadual de São Paulo iniciaram o ano letivo na quinta-feira (15) com milhares de professores sem aulas atribuídas. Em algumas unidades, já no primeiro dia, os estudantes ficaram sem aula por falta de docentes.

O problema ocorreu após a gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) mudar as regras de definição das aulas para os professores temporários (chamados de categoria O), que são quase metade do total de 216 mil docentes que atuam na rede paulista.

Depois de dez anos sem contratar efetivos, a Secretaria Estadual de Educação fez um concurso com a previsão de convocar 15 mil docentes. A contratação deles, no entanto, só está prevista para 2025. Para este ano letivo, a secretaria definiu que os aprovados teriam apenas prioridade na atribuição de aulas.

Com a nova regra, aqueles que foram aprovados com maior nota no concurso receberam prioridade para escolher as aulas que queriam assumir em 2024. Em anos anteriores, isso era reservado aos professores com maior tempo de atuação na rede, ou seja, os que têm mais experiência em sala de aula.

Como alguns aprovados com maior pontuação podem ter cargo em outras redes de ensino ou escola, muitos não quiseram assumir as aulas como temporários. Assim, diversas aulas ficaram sem ser

destinadas a um profissional. Em nota na quinta, a pasta afirmou que alterou no início de janeiro as regras em razão do concurso, mas não explicou o motivo da mudança. A secretaria afirmou que a atribuição das aulas que continuam sem docente mesmo após o início do ano letivo seria feita ainda nesta semana.

Questionado novamente nesta sexta-feira (16), o governo não respondeu até a conclusão desta edição se solucionou o problema. Mas as diretorias de ensino emitiram comunicado dizendo que o sistema de atribuição de aulas foi reaberto para os professores temporários manifestarem interesse nas escolas em que querem lecionar. Uma nova rodada de distribuição de aulas será feita na segunda-feira (19).

A secretaria não respondeu qual o percentual de aulas que os professores receberam. Devido à designação de docentes para outros cargos e à desistência de outros professores, a atribuição dessas aulas será feita esta semana", disse em nota. O governo Tarcísio disse que "nenhum aluno será prejudicado". Na ausência de professor em qualquer unidade e em qualquer período, todos os docentes que estejam designados como vice-diretores, professores-coordenadores, bem como os profissionais que trabalham nos projetos da secretaria, podem atuar como professores substitutos.

Já neste primeiro dia do ano letivo, em algumas escolas, professores tiveram que dar

aula para mais de uma turma ao mesmo tempo. Houve casos em que os estudantes ficaram com o horário vago por falta de profissionais.

Foi o que aconteceu na escola estadual Jardim Jacira, em Itapevita da Serra, que na manhã desta quinta tinha sete professores a menos do que o necessário no quadro.

"É um cenário de precariedade total, mal começou o ano e os professores já têm que se desdobrar em mil para compensar a falta de funcionários", diz Mariana Lopes, 39, que é mãe de uma aluna do 9º ano da unidade.

Além de ver a escola da filha sem funcionários em número suficiente, Mariana também é professora e ficou sem aulas neste ano, mesmo tendo sido aprovada no concurso. "Fiquei tão contente quando fui aprovada, porque, como temporários, nós não temos nenhum direito assegurado. Mas a alegria durou pouco, porque não adianta ser aprovada e não ter trabalho". Professora de educação física, ela não recebeu durante o mês de janeiro por não ter aulas atribuídas e depois do governo estadual rescindir o contrato dos temporários. "Tô tu há um mês sem salário e não sei quando vou receber".

Martha Santos, 32, também ficou com receio quando o filho chegou em casa nesta quinta-feira o primeiro dia de aula. No 9º ano do ensino médio de uma escola estadual de Campinas, o menino contou que passou dois horários no pátio por falta de professor.

**Fui aprovado no concurso e achei que finalmente iria acabar com essa vida precária de ter que ficar correndo por mil escolas. Mas fui aprovado, tenho muitos anos de magistério e até agora não fui chamado**

Manoel Fernandes Silva professor

"Todo ano é a mesma coisa, nunca tem professor em número suficiente. O menino vai pra escola e na melhor das hipóteses assiste a duas ou três aulas por dia. É tudo muito precário", disse a mãe.

A falta de contratação de efetivos há mais de uma década no estado provoca todos os anos um déficit de profissionais disponíveis para atuar nas escolas. Apesar de a secretaria ter recorrido à contratação de temporários, esse tipo de contrato deixa os docentes sem vínculo com as unidades.

Pela primeira vez, desde que começou a atuar como professor temporário na rede paulista, Manoel Fernandes Silva está sem aulas. Ele atua há 13 anos nas escolas estaduais como docente de sociologia e filosofia. Nos últimos anos, teve que atuar em até quatro unidades diferentes para conseguir um número suficiente de aulas. "Fui aprovado no concurso e achei que finalmente iria acabar com essa vida precária de ter que ficar correndo por mil escolas. Mas fui aprovado, tenho muitos anos de magistério e até agora não fui chamado", diz.

"Os critérios de prioridade não são claros e não há nenhuma transparência", afirma o docente, que também não teve salário em fevereiro e diz ter medo de ficar um mês sem receber.

Desde que os novos critérios de atribuição foram publicados, professores criticaram a medida, já que questionam os resultados do processo seletivo. A Apeesp, principal sindicato da categoria, chegou a entrar com uma ação e conseguiu uma liminar que suspendeu por alguns dias o edital, burocrático com essa nova regra. A liminar foi revogada após a Unesp, responsável pelo processo seletivo, apresentar explicação.

**Luis Francisco Carvalho Filho** Excepcionalmente, o colunista não escreve hoje

## USP está entre 100 universidades de maior reputação

**SÃO PAULO** Pelo terceiro ano consecutivo, a USP (Universidade de São Paulo) é a única universidade latino-americana a figurar entre as cem instituições com maior reputação acadêmica do mundo, segundo o World Reputation Ranking 2023, divulgado na terça-feira (13) pela consultoria britânica de educação superior THE (Times Higher Education).

A USP ficou entre a 8ª e a 92ª posição. O ranking lista individualmente até a 50ª posição. A partir daí, agrupa as instituições de dez em dez, uma vez que a diferença entre elas é muito pequena.

Nos três primeiros lugares estão as universidades norte-americanas de Harvard (1º lugar, pelo 17º ano seguido), MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts, 2º) e de Stanford (3º). O Brasil é o único país da América Latina a ter pelo menos uma universidade classificada. Na posição alcançada, a USP se equipara a instituições como a Universidade Leiden (Holanda), a Universidade Nacional Australiana (Austrália) e a Universidade de Bonn (Alemanha).

A Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), em São Paulo, é a outra brasileira da lista, classificada no grupo 131-175. Ao todo, 31 países tiveram universidades classificadas entre as 200 melhores. Os Estados Unidos são o país com mais instituições na lista, 52. Na sequência, vêm Reino Unido, com 20 instituições; China, com 15, e Alemanha, com 14.

A pesquisa para o ranking ouve apenas acadêmicos experientes e com textos publicados, que opinam sobre excelência em pesquisa e ensino em suas disciplinas e nas instituições com as quais estão familiarizados.

O ranking de 2023 é baseado em uma pesquisa realizada entre outubro de 2022 e janeiro de 2023, que recebeu 38.796 respostas de 166 países.

Os acadêmicos são questionados sobre seu conhecimento em suas disciplinas específicas. Eles não são solicitados a criar rankings ou listar uma ampla gama de instituições, apenas nomeiam, no máximo, 15 universidades que acreditam ser as melhores tanto em pesquisa quanto em ensino em sua área.

As duas pontuações para pesquisa e ensino são combinadas na proporção de 2 para 1, dando mais peso à pesquisa, porque nossos consultores especialistas sugeriram que há maior confiança na capacidade de dos respondentes de fazer julgamentos precisos sobre a qualidade da pesquisa, explica a consultoria, que divulgou o ranking.

Segundo Erika Yamamoto, do jornal da USP os pontos para avaliar a reputação das universidades se referem ao número de vezes que uma instituição foi citada pelos entrevistados como sendo a melhor em seus respectivos campos de conhecimento.

"Os acadêmicos consultados poderiam destacar as universidades que consideravam as mais fortes, regional e globalmente, em suas áreas específicas, dentro de mais de 6.000 instituições de ensino superior existentes no mundo", afirmou Yamamoto.



Escola Estadual Jardim Maria Dirce 3, em Guarulhos (Grande São Paulo); alunos da rede estadual voltaram às aulas nesta semana

Karlina Kasser - 14 de nov. 23 / Folhapress

## Educação retoma financiamento de 100% do curso superior pelo Fies, eliminado em 2015

Paulo Saldaña

**BRASÍLIA** O governo Lula (PT) fez uma alteração no Fies (Financiamento Estudantil) e estipulou a retomada de financiamentos de 100% das mensalidades de cursos superiores em instituições privadas. Batizada de Fies Social, a medida é voltada para estudantes de baixa renda.

Essa é uma tentativa de turbinar o Fies, que tem sido enxugado ao menos dez vezes, no governo Dilma Rousseff

(PT), após descontrolar de gastos com o programa. No ano passado, primeiro ano do governo Lula, o número de financiamentos foi menor do que no fim do governo Jair Bolsonaro (PL).

Foram 52.362 contratos em 2023, contra 59.914 em 2022. São elegíveis ao Fies Social os jovens de famílias inscritas no CadÚnico, o cadastro federal para programas sociais, e com renda familiar per capita de até meio salário mínimo.

Metade das vagas oferecidas em cada processo seletivo, contra três em 2022. Também há previsão de reserva de vagas para estudantes oriundos de famílias pobres, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, de acordo com a proporção na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último Censo do IBGE.

O modelo estará disponível a partir do segundo semestre de 2024. O acesso ao financiamento é feito por meio de uma plataforma específica em que os estudantes usam o nome do Enem para ingresso. O governo divulgou que mais de 102 mil contratos foram assinados em 2023. O acesso ao financiamento, mas não especificou o número de vagas neste ano.

O financiamento de 100% do curso havia sido eliminado em 2015. O Fies viveuuge de número de beneficiários entre 2012 e 2024, quando chegou a

oferecer 732 mil novos contratos no ano. Esse salto, que representou grandes lucros para empresas educacionais, ocorreu de maneira descontrolada, afetando contas públicas e gerando alta inflação.

Desde então houve uma série de mudanças. Na prática, a possibilidade de financiamento foi minguando ano a ano. Mesmo as vagas anunciadas pelo governo não vinham sendo preenchidas.

Integrantes do setor privado de ensino superior apontam que o veto a financiamento integral do curso exercia o maior entrave para o preenchimento das vagas e interesse de estudantes universitários em instituições privadas.

sileira de Mantenedoras do Ensino Superior) comemorou a decisão. "As mudanças no Fies vão ao encontro do que nós defendemos, um Fies mais social, que promova a inclusão educacional das camadas menos favorecidas da população brasileira", destaca Celso Niskier, diretor presidente da entidade.

Há avaliações no mercado, entretanto, de que o financiamento integral pode desestimular ainda mais a cultura de pagamentos no Fies. O colapso já chega a cerca de 2 milhões de pessoas e o governo abriu um refinanciamento que representou grande perda de divisas.

No Fies, o governo paga as mensalidades para as instituições e o aluno fica com a dívida para ser quitada após o fim do curso. Oito em cada dez estudantes universitários não em instituições privadas